

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.060 - SP (2019/0249321-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A  
**ADVOGADOS** : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351  
PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418  
**AGRAVANTE** : ARMANDO DA SILVA AFONSO  
**ADVOGADO** : LUIZ ROBERTO MENDES PENTEADO - SP037030  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por ARMANDO DA SILVA AFONSO contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 671/672).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 516):

ILEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM' - Inocorrência Banco-réu que assumiu o patrimônio do então Banco Pontual Leasing S/A, com aquisição do ativo e passivo da Instituição Financeira - Sucessão empresarial - Caracterização - Preliminar afastada.

ARRENDAMENTO MERCANTIAL (LEASING) - Ação de indenização por danos morais e materiais - Quitação do débito pelo arrendatário no ano de 2007 - Banco-réu que não deu baixa na alienação nem entregou o DUT, que o autor obteve apenas mediante alvará judicial, expedido em 2013 - Danos materiais correspondentes à depreciação que o veículo sofreu no período, de acordo com a Tabela Fipe - Correção - Dano moral que também restou caracterizado - Negligência quanto à regularização da situação do veículo, que permaneceu com o gravame vários anos após a quitação do financiamento - Autor que sofreu alteração de seu estado psíquico em razão da impossibilidade de dispor livremente da coisa Indenização devida - Valor fixado em R\$ 10.000,00 - Quantia equânime, que atende ao fim de reparação da acionante e ao caráter pedagógico ao causador do dano, instituição financeira de grande porte - Recursos improvidos, sentença mantida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 559/564).

No recurso especial (e-STJ fls. 595/612), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou ofensa aos arts. 186, 927, 884 e 944 do CC/2002 alegando ser devida indenização por danos materiais pois houve a perda total do veículo nos seguintes termos:

[...] foram apresentadas todas as provas e declarações anexadas aos autos pelo BANCO BRADESCO - Réu, não sendo necessário o seu reexame ao caso neste momento, dar-se a reconhecer de fato a existência dos direitos junto ao Recorrente, como também a inexistência de fundamentos LEGAIS impugnativos por parte do recorrido, inclusive no sentido de indenizar o recorrente, por todos os prejuízos, danos, dano moral, humilhações de toda ordem, demora, e o tempo perdido, a perda do veículo, que virou totalmente SUCATA.

Além disso, assevera ser irrisória a verba indenizatória sustentando para tanto que:

[...] o ajuizamento de verba indenizatória em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), arbitrados pelas instâncias ordinárias em razão das peculiaridades esboçadas no acórdão recorrido, é

extremamente INFÍMO, MISERÁVEL, que não corresponde ao ressarcimento dos valores mínimos, de todos os prejuízos, e danos,[...]

Neste primórdio a quantia supracitada consolida-se POR DEMAIS INJUSTA E IRRISÓRIA, NÃO PAGA ABSOLUTAMENTE NADA DOS DANOS E PREJUÍZOS SOFRIDOS PELO ORA RECORRENTE. Não estando, na conformidade, com os princípios constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

No agravo (e-STJ fls. 755/757), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 759/794).

É o relatório.

Decido.

### **Do dano material**

Sobre o dano material, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia nos seguintes termos (e-STJ fl. 522):

**Com relação à indenização por danos materiais, tenho que também não comporta qualquer alteração.**

É que, diferentemente do que alega o autor, não houve perda total do bem, apenas depreciação pelo tempo em que o automóvel não pode ser alienado, já que o uso do automóvel era possível mesmo com o gravame.

Assim, **correta a fixação dos danos materiais no valor correspondente** entre a diferença do valor do veículo à época da quitação (jun/ 06) e na data da baixa do gravame (jun/ 2013), consoante valores a serem obtidos por meio da Tabela Fipe, a serem apurados quando do cumprimento de sentença.

Dessa forma, concluir em sentido contrário implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ. Sobre o tema:

RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VEÍCULO NOVO. DEFEITO. INTEMPESTIVIDADE DE UM DOS RECURSOS ESPECIAIS. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ART. 18 § 3º DO CDC. DEPRECIAÇÃO DO VEÍCULO. SUBSTITUIÇÃO DO BEM. SÚMULA 7. DANO MORAL INEXISTENTE.

1. É intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo de 15 dias previsto no artigo 508 do Código de Processo Civil.

2. Ainda que tenham sido substituídas as partes viciadas do veículo no prazo estabelecido no art. 18 § 1º do CDC, o consumidor pode se valer da substituição do produto, com base no § 3º do mesmo artigo, se depreciado o bem.

**3. A conclusão acerca da depreciação do bem, a que chegou o Tribunal de origem com base nas provas dos autos, não pode ser revista no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ).**

4. A jurisprudência do STJ, em hipóteses de aquisição de veículo novo com defeito, orienta-se no sentido de que não cabe indenização por dano moral quando os fatos narrados estão no contexto de meros dissabores, sem humilhação, perigo ou abalo à honra e à dignidade do autor.

5. Hipótese em que o defeito, reparado no prazo legal pela concessionária, causou situação de mero aborrecimento ou dissabor não suscetível de indenização por danos morais.

6. Recurso especial de Alvema - Alcântara Veículos e Máquinas LTDA não conhecido e recurso especial de Fiat Automóveis S/A parcialmente provido.

(REsp 1.232.661/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 15/05/2012.)

### **Do valor da indenização**

A indenização por danos morais foi fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos seguintes termos (e-STJ fl. 522):

Não se pode negar que os transtornos experimentados pelo autor extravasaram os limites de meros dissabores, pois, embora tenha quitado a dívida, ficou impossibilitado de dispor livremente de seu automóvel, ante a demora do credor fiduciário em dar cumprimento às suas obrigações legais; ademais, são óbvios os aborrecimentos decorrentes da necessidade de propositura de ação para a solução do problema.

Tal conduta desidiosa fere a dignidade daquele que está sendo prejudicado pela inércia, gerando frustração e desgaste psicológico, sentimentos que traduzem a existência de verdadeiro abalo moral suscetível de reparação.

Reconhecido o dano moral, o valor da indenização deve atender à função tríplice de reparar, punir e prevenir, guardando proporcionalidade com o grau de culpa da infratora e com a situação retratada nos autos; deve ser arbitrado em termos razoáveis, não se justificando valor que possa causar enriquecimento ilícito, nem tampouco quantia que não exerça função compensatória.

Dessa forma, tenho que **a indenização de R\$ 10.000,00 fixada em Primeiro Grau se revela adequada à função reparadora e inibidora da reiteração da conduta, considerando-se a capacidade econômica do réu, que é instituição financeira de grande porte.** Tal valor se coaduna aos parâmetros de proporcionalidade, razoabilidade, além do que, considera a extensão do dano e a condição econômica de ambas as partes, sem causar enriquecimento injustificado.

Para alterar tal fundamento, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor da Súmula n. 7 do STJ. A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem entendeu pela presença dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil e pela ausência de comprovação de culpa exclusiva ou concorrente da vítima. Para decidir de modo contrário, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é inviável no âmbito do especial.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.540.516/RJ, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 22/11/2019.)

No caso dos autos, portanto, a quantia estabelecida pelas instâncias de origem não enseja a intervenção do STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator